



# CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS *MASTER*

## Direito Constitucional

# Polícia Rodoviária Federal

Período: 2008 - 2017

## Sumário

Direito Constitucional .....	3
Formas de Estado e de Governo, Sistemas de Governo, e Separação de Poderes .....	3
Eficácia das Normas Constitucionais .....	3
Princípios Regentes das Relações Internacionais.....	3
Direitos e Garantias Fundamentais.....	4
Nacionalidade .....	5
Organização do Estado .....	5
Administração Pública.....	6
Servidores Públicos .....	6
Poder Executivo .....	8
Poder Judiciário .....	8
Defesa do Estado e das Instituições Democráticas .....	8
Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso.....	9
Gabarito .....	10

## **Direito Constitucional**

### **Formas de Estado e de Governo, Sistemas de Governo, e Separação de Poderes**

#### **1) CESPE - PRF/PRF/2013**

No que se refere aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF) e à aplicabilidade das normas constitucionais, julgue o item a seguir.

O mecanismo denominado sistema de freios e contrapesos é aplicado, por exemplo, no caso da nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), atribuição do presidente da República e dependente da aprovação pelo Senado Federal.

**Certo**

**Errado**

#### **2) CESPE - PRF/PRF/2013**

No que se refere aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF) e à aplicabilidade das normas constitucionais, julgue o item a seguir.

Decorre do princípio constitucional fundamental da independência e harmonia entre os poderes a impossibilidade de que um poder exerça função típica de outro, não podendo, por exemplo, o Poder Judiciário exercer a função administrativa.

**Certo**

**Errado**

### **Eficácia das Normas Constitucionais**

#### **3) CESPE - PRF/PRF/2013**

No que se refere aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF) e à aplicabilidade das normas constitucionais, julgue o item a seguir.

A liberdade de exercer qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, é um exemplo de norma constitucional de eficácia limitada.

**Certo**

**Errado**

### **Princípios Regentes das Relações Internacionais**

#### **4) CESPE - PRF/PRF/2013**

No que se refere aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF) e à aplicabilidade das normas constitucionais, julgue o item a seguir.

No que se refere às relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se pelos princípios da igualdade entre os Estados, da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e da concessão de asilo político, entre outros.

**Certo**

**Errado**

### Direitos e Garantias Fundamentais

#### **5) FUNRIO - PRF/PREF/2009**

Ana Júlia impetra Mandado de Segurança em face do Presidente de uma autarquia federal, sob a argumentação de que requereu em janeiro de 2008 certidão para esclarecer assunto de interesse pessoal, relativo a sua remuneração como fiscal de rendas da autarquia, sendo que esta, até a presente data, não veio a ser expedida, o que configura, em seu entender, ato omissivo. Prestadas as informações, declara a autoridade impetrada que não há que se falar em ato omissivo, uma vez que a Impetrante não demonstrou que a autoridade coatora estivesse evitando a emissão da referida certidão.

Com relação aos fatos narrados, é correto afirmar que

- a) o direito à obtenção de certidão é garantido pela Constituição da República, porém a inação da Administração Pública não configura ato omissivo.
- b) o direito à obtenção de certidão é garantido pela Constituição da República, porém o mandado de segurança não pode prosperar por não ter o impetrante comprovado que a Administração Pública estivesse evitando a emissão da certidão pleiteada.
- c) o direito à obtenção de certidão é garantido pela Constituição da República, e a inação da Administração Pública configura ato omissivo.
- d) a impetração de mandado de segurança para a obtenção de certidão não é cabível quando esta deva ser expedida por Ente da Administração Indireta.
- e) o direito à obtenção de certidão é garantido pela Constituição da República, e o mandado de segurança se presta a permitir sua expedição pelo Poder Judiciário, substituindo, assim a Administração Pública.

#### **6) CESPE - PRF/PREF/2013**

Julgue o item subsequente, relativo aos direitos e garantias fundamentais previstos na CF.

No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

**Certo**

**Errado**

#### **7) CESPE - PRF/PREF/2013**

Julgue o item subsequente, relativo aos direitos e garantias fundamentais previstos na CF.

Aos que comprovem insuficiência de recursos é assegurada a gratuidade na prestação de assistência jurídica integral pelo Estado.

**Certo**

**Errado**

**8) CESPE - PRF/PRF/2013**

Julgue o item subsequente, relativo aos direitos e garantias fundamentais previstos na CF.

Somente aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país é assegurado o direito de petição em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

**Certo**

**Errado**

### Nacionalidade

**9) CESPE - PRF/PRF/2013**

Julgue o item subsequente, relativo aos direitos e garantias fundamentais previstos na CF.

Consideram-se brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

**Certo**

**Errado**

**10) CESPE - PRF/PRF/2013**

Julgue o item subsequente, relativo aos direitos e garantias fundamentais previstos na CF.

O estrangeiro condenado por autoridades estrangeiras pela prática de crime político poderá ser extraditado do Brasil se houver reciprocidade do país solicitante.

**Certo**

**Errado**

### Organização do Estado

**11) CESPE - PRF/PRF/2013**

A respeito da organização político-administrativa do Estado e da administração pública, julgue o item que se segue.

O Distrito Federal (DF) é ente federativo autônomo, pois possui capacidade de auto-organização,

autogoverno e autoadministração, sendo vedado subdividi-lo em municípios.

**Certo**

**Errado**

**12) CESPE - PRF/PRF/2013**

A respeito da organização político-administrativa do Estado e da administração pública, julgue o item que se segue.

Em se tratando de matéria para a qual se preveja a competência legislativa concorrente, a CF autoriza os estados a exercerem a competência legislativa plena para atenderem a suas peculiaridades se inexistir lei federal sobre normas gerais.

**Certo**

**Errado**

### Administração Pública

**13) CESPE - PRF/PRF/2013**

A respeito da organização político-administrativa do Estado e da administração pública, julgue o item que se segue.

Conforme o STF, a responsabilidade civil das empresas prestadoras de serviço público é objetiva, mesmo em relação a terceiros não usuários do serviço público.

**Certo**

**Errado**

**14) CESPE - PRF/PRF/2013**

A respeito da organização político-administrativa do Estado e da administração pública, julgue o item que se segue.

Os atos de improbidade administrativa importarão ao agente a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

**Certo**

**Errado**

### Servidores Públicos

**15) CESPE - PRF/PRF/2008**

Quanto às normas constitucionais sobre a administração pública e seus servidores, julgue os itens a seguir.

I É possível a percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

II A prática de atos de improbidade administrativa implica a perda dos direitos políticos, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

III O teto remuneratório, como limite máximo de remuneração no serviço público, alcança também os detentores de mandato eletivo nas esferas federal, estadual e municipal.

IV O servidor público investido em mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração de servidor.

V Com a extinção do cargo público ou a declaração de sua desnecessidade, o servidor estável ocupante deste será aposentado, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e V.
- e) IV e V.

#### 16) FUNRIO - PRF/PRF/2009

Servidor público ajuíza ação judicial em face do Ente onde está lotado, sustentando equívoco no pagamento de seus vencimentos, ao ter sido aplicado o teto remuneratório, considerando o prêmio anual de produtividade fiscal. Aduz o servidor em questão ser a referida vantagem, de caráter geral, percebida em razão do exercício do cargo (prêmio anual de produtividade), razão pela qual não é incidente o aludido teto. Aduz ainda que o Prêmio Anual de Produtividade só é pago quando a arrecadação supera cotas previamente previstas, ou seja, essa vantagem não possui caráter permanente, pois tem como finalidade o estímulo coletivo para o atingimento e a superação de metas, estímulo este que motiva os servidores de fiscalização a não medirem esforços para que as metas sejam superadas.

Por outro lado, tal esforço tem influência direta sobre a arrecadação tributária, que vem batendo recordes, melhorando a saúde financeira do erário. Levando em conta o narrado, é possível entender acerca da questão do teto remuneratório do servidor público, à luz do determinado pela Constituição da República de 1988, que o teto remuneratório

- a) não incide sobre o Prêmio Anual de Produtividade não devendo ser incluído este no redutor do teto remuneratório, previsto na Constituição da República.
- b) incide sobre o Prêmio Anual de Produtividade devendo ser incluído este no redutor, na

proporção de 50% do teto remuneratório, conforme previsto na Constituição da República.

c) não incide sobre o Prêmio Anual de Produtividade, não devendo ser incluído este no redutor do teto remuneratório, por não ser matéria regulamentada por Lei, conforme determinado pela Constituição da República.

d) incide sobre o Prêmio Anual de Produtividade, após decisão do Tribunal de Contas, garantido o direito de defesa, para posteriormente ser incluído esse prêmio no redutor do teto remuneratório, atendendo ao disposto na Constituição da República.

e) incide sobre o Prêmio Anual de Produtividade devendo ser incluído este no redutor do teto remuneratório, previsto na Constituição da República.

### Poder Executivo

#### **17) CESPE - PRF/PRE/2013**

No que concerne ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário, julgue o item subsecutivo.

Compete privativamente ao presidente da República conceder indulto e comutar penas, ouvidos, se necessário, os órgãos instituídos em lei.

**Certo**

**Errado**

### Poder Judiciário

#### **18) CESPE - PRF/PRE/2013**

No que concerne ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário, julgue o item subsecutivo.

Compete originariamente ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgar o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, os estados ou o DF.

**Certo**

**Errado**

### Defesa do Estado e das Instituições Democráticas

#### **19) FUNRIO - PRF/PRE/2009**

Com relação à possibilidade da declaração pela União Federal de estado de calamidade pública no Sistema Único de Saúde, através de Decreto Presidencial, com a consequente requisição de bens municipais, sem a decretação do Estado de Defesa ou de Sítio, é correto afirmar que é

a) inadmissível a requisição de bens municipais pela União em situação de normalidade institucional, sem a decretação de Estado de Defesa ou Estado de Sítio.

b) admissível a requisição de bens municipais pela União em situação de normalidade institucional, sem a decretação de Estado de Defesa ou Estado de Sítio.

c) inadmissível a requisição de bens municipais pela União como narrado uma vez que, apesar de se ter por meta a proteção da saúde da população, não houve o requerimento pelo Estado da



Federação em questão, fato este que tornaria desnecessária a decretação de Estado de Defesa ou Estado de Sítio.

d) inadmissível a requisição de bens municipais pela União em situação de normalidade institucional, sem que haja requerimento expresso do Poder Legislativo Distrital onde se localiza o Município em questão.

e) admissível a requisição de bens municipais pela União em situação de normalidade institucional, desde que aprovada moção pela Câmara dos Vereadores do Município, e esta seja referendada por 3/5 dos membros do Congresso Nacional.

## **20) FUNRIO - PRF/PREF/2009**

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Neste sentido, é correto afirmar que incumbe

a) à polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, exercer com exclusividade as funções de polícia judiciária da União.

b) à polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

c) às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.

d) à polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.

e) às polícias militares, ressalvada a competência da União, exercer as funções de polícia judiciária e apurar as infrações penais.

## **Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso**

### **21) CESPE - PRF/PREF/2008**

Com relação às normas sobre segurança pública, meio ambiente e família, a CF dispõe que

a) a Polícia Federal, a PRF e a polícia ferroviária federal são consideradas, juntamente com as polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército.

b) o meio ambiente é bem de uso especial, que a administração pública pode utilizar para a realização de suas atividades e a consecução de seus fins.

c) a PRF exerce as funções de polícia de fronteira e o policiamento ostensivo das rodovias federais.

d) são penalmente inimputáveis apenas menores de dezesseis anos, sujeitos às normas da legislação especial.

e) a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes é considerada entidade familiar.

### Gabarito

1) Certo	2) Errado	3) Errado	4) Certo	5) C
6) Certo	7) Certo	8) Errado	9) Errado	10) Errado
11) Certo	12) Certo	13) Certo	14) Certo	15) B
16) E	17) Certo	18) Errado	19) A	20) D
21) E				